

Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controlada

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Junho de 2026 e Relatório do
Auditor Independente sobre a Revisão das
Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	259.605	52.247	625.523	651.631	Fornecedores	12.1	4.057	1.777	27.862	30.534
Contas a Receber	4	5.888	6.147	11.189	11.634	Empréstimos e debêntures	16	215.396	203.956	365.003	287.861
Estoques	5	4.800	4.515	9.458	9.703	Obrigações trabalhistas		9.527	8.934	29.329	31.206
Tributos a recuperar	7	6.554	3.946	31.339	27.191	Obrigações tributárias	14	8.669	8.016	18.136	21.121
Partes relacionadas	6	-	167.409	713	2.536	Passivo de arrendamento	13	12.646	12.996	41.770	42.474
Dividendos a receber		-	8.723	-	-	Partes relacionadas	6	176	176	34.449	39.959
Outros créditos		1.894	1.268	6.150	5.381	Dividendos a pagar	20	-	-	-	2.181
Total do Ativo Circulante		278.741	244.255	684.372	708.076	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	45.809	229	45.809	229
						Outras contas a pagar	12.2	2.488	2.456	16.464	15.192
						Total do Passivo Circulante		298.768	238.540	578.822	470.757
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Aplicações financeiras	3	9.443	-	9.443	-	Empréstimos e Debêntures	16	358.695	358.163	1.564.902	1.544.096
Estoques	5	-	-	6.681	6.636	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	505.782	505.782	505.782	505.782
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	14.210	13.143	108.345	98.784	Passivo de arrendamento	13	83.801	82.089	243.372	240.758
Ativo indenizatório	17	-	-	31.421	34.658	Provisões para riscos	17	1.767	1.830	37.639	38.155
Depósitos judiciais	17	92	92	1.371	1.872	Outras contas a pagar	12.2	1.958	4.893	1.958	4.893
Propriedades para investimentos	0	972	972	972	972	Obrigações trabalhistas		-	1.254	380	1634
Investimentos	8	496.570	519.333	63	63	Total do Passivo Não Circulante		952.003	954.011	2.354.033	2.335.318
Imobilizado	10	204.516	206.938	954.688	819.278	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		1.250.771	1.192.551	2.932.855	2.806.075
Direito de uso	9	68.655	68.202	232.933	235.848						
Intangível	11	369.549	385.919	1.218.670	1.276.007	Patrimônio Líquido	19				
Total do Ativo Não Circulante		1.164.007	1.194.599	2.564.587	2.474.118	Capital social		161.822	161.822	161.822	161.822
						Reserva de capital		167.754	149.725	167.754	149.725
						Reservas de lucros		4.367	4.367	4.367	4.367
						Ajustes de conversão		100.445	100.445	100.445	100.445
						Prejuízos acumulados		(242.411)	(170.056)	(242.411)	(170.056)
								191.977	246.303	191.977	246.303
						Participação de não Controladores				124.127	129.816
TOTAL ATIVO		1.442.748	1.438.854	3.248.959	3.182.194	Total do Patrimônio Líquido		191.977	246.303	316.104	376.119
						TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.442.748	1.438.854	3.248.959	3.182.194

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	23	68.796	126.308	62.419	115.979	219.922	407.699	260.921	425.903
Custo dos serviços prestados	24	(21.641)	(38.988)	(24.560)	(48.808)	(82.372)	(175.959)	(85.307)	(170.249)
Lucro Bruto		47.155	87.320	37.859	67.171	137.550	231.740	175.614	255.654
Receitas (despesas) operacionais:									
Despesas gerais e administrativas	24	(28.511)	(36.258)	(6.972)	(15.528)	(49.060)	(80.674)	(33.333)	(66.012)
Resultado Equivalência Patrimonial	8	(756)	(22.763)	21.491	(2.566)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(266)	(178)	21	(49)	(26.012)	(50.682)	(24.093)	(48.732)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		17.622	28.121	52.399	49.028	62.478	100.384	118.188	140.910
Receitas Financeiras	25	6.423	14.334	2.671	5.505	17.194	37.402	16.279	26.640
Despesas Financeiras	25	(51.448)	(99.590)	(36.569)	(81.221)	(103.919)	(206.584)	(96.093)	(191.315)
Variações cambiais, líquidas	25	(356)	(924)	(941)	(1.661)	(659)	(3.446)	(2.101)	(4.053)
Resultado financeiro líquido		(45.381)	(86.180)	(34.839)	(77.377)	(87.384)	(172.628)	(81.915)	(168.728)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(27.759)	(58.059)	17.560	(28.349)	(24.906)	(72.244)	36.273	(27.818)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(6.679)	(15.364)	(3.441)	(4.755)	(6.679)	(15.364)	(3.441)	(4.755)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(605)	1.068	877	1.418	(3.647)	9.564	(12.463)	246
Lucro (Prejuízo) do período		(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)	(35.232)	(78.044)	20.369	(32.327)
Atribuível a									
Participação dos acionistas da Companhia		(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)	(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	(189)	(5.689)	5.373	(641)
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	20	(0,24)	(0,50)	0,10	(0,21)				
Lucro (prejuízo) básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	20	(0,24)	(0,50)	0,09	(0,21)				

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico por lote de mil ações apresentado em reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)	(35.232)	(78.046)	20.369	(32.327)
Lucro (Prejuízo) abrangente do período	(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)	(35.232)	(78.046)	20.369	(32.327)
ATRIBUÍVEL À								
Participação dos acionistas da controladora	(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)	(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	(189)	(5.691)	5.373	(641)
Total	(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)	(35.232)	(78.046)	20.369	(32.327)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionistas não controladores	
		Capital social	Reservas de capital	Transações entre acionistas	Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		210.822	93.371	146.273	4.367	100.445	(148.219)	407.059	555.874
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(31.686)	(31.686)	(32.327)
Redução de capital social	19	(49.000)	(92.276)	-	-	-	-	(141.276)	(167.276)
EM 30 DE JUNHO DE 2025		161.822	1.095	146.273	4.367	100.445	(179.905)	234.097	356.271
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		161.822	3.452	146.273	4.367	100.445	(170.056)	246.303	376.119
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(72.355)	(72.355)	(78.044)
Pagamento baseado em ações		-	18.029	-	-	-	-	18.029	18.029
EM 30 DE JUNHO DE 2026		161.822	21.481	146.273	4.367	100.445	(242.411)	191.977	316.104

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(58.059)	(28.349)	(72.244)	(27.818)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	25.636	25.122	106.507	108.267
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	25	99.181	82.749	208.150	194.971
Provisão para riscos, líquido	24	(63)	48	3.065	461
Resultado de equivalência patrimonial	8	22.763	2.565	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas		-	-	(118)	(358)
Reserva de pagamento baseado em ações (stock options)		18.029	-	18.029	-
		107.487	82.135	263.389	275.523
Redução/(aumento) em ativos					
Contas a receber de clientes	4	(1.114)	(1.502)	(3.332)	(2.118)
Estoques	5	(285)	(568)	200	210
Impostos a recuperar	7	(2.608)	(1.563)	(5.813)	(3.896)
Partes relacionadas ativo	6	6.863	4.553	(4.238)	5.211
Depósitos judiciais		-	-	158	245
Outros ativos circulantes e não circulantes		(626)	3.242	(768)	4.913
Aumento/(redução) em passivos					
Fornecedores	12.1	2.280	(4.299)	(2.672)	(8.118)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	14	(2.603)	(2.698)	(7.859)	(2.592)
Partes relacionadas	6	-	(2.226)	-	859
Provisão para riscos		-	-	-	(59)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(2.902)	(1.088)	(2.041)	(43)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		106.492	75.986	237.024	270.135
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.769)	(2.204)	(13.241)	(2.204)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		93.723	73.782	223.783	267.931
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(3.478)	(2.303)	(156.372)	(48.297)
Adição de aplicação financeira - Sudene		(9.443)	-	(9.443)	-
Mútuos recebido de partes relacionadas	6	160.546	-	-	-
Aumento de capital em investida		-	104.000	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		156.348	101.697	(165.815)	(48.297)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de novos empréstimos		-	-	-	272.217
Pagamento de juros sobre debentures	17	(34.713)	-	(54.867)	-
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	13	(2.457)	(2.080)	(8.260)	(7.358)
Juros pagos de passivo de arrendamento	13	(5.543)	(5.592)	(18.768)	(19.282)
Redução de capital	20	-	(141.276)	-	(167.276)
Mútuos entre partes relacionadas		-	(78.325)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(42.713)	(258.745)	(84.076)	40.275
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa		207.358	(83.266)	(26.108)	259.909
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		52.247	200.031	651.631	354.528
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		259.605	116.765	625.523	614.437
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		207.358	(83.266)	(26.108)	259.909

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas	133.055	122.506	439.239	462.968
Receita de contrato com cliente	132.426	122.465	437.983	461.766
Outras receitas	629	41	1.138	1.197
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	118	5
Insumos adquiridos de terceiros	(20.666)	(28.378)	(99.084)	(93.627)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(7.183)	(17.055)	(50.716)	(48.752)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.483)	(11.323)	(48.368)	(44.875)
Perda e recuperação de valores ativos	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	112.389	94.128	340.155	369.341
Depreciação, amortização e exaustão	(25.636)	(25.122)	(106.507)	(108.267)
Valor adicionado produzido pela Entidade	86.753	69.006	233.648	261.074
Valor adicionado recebido em transferência	(6.250)	4.067	51.534	41.501
Resultado de equivalência patrimonial	(22.763)	(2.566)	-	-
Receitas financeiras	16.513	6.633	51.534	41.501
Valor adicionado total a distribuir	80.503	73.073	285.182	302.575
Distribuição do valor adicionado	80.503	73.073	285.182	302.575
Pessoal	26.719	7.794	77.945	61.066
Remuneração direta	23.992	4.340	64.830	48.997
Benefícios	2.194	3.017	9.210	9.304
FGTS	533	437	3.905	2.765
			-	-
Impostos, taxas e contribuições	22.905	12.272	49.902	53.640
Federais	17.857	7.143	27.177	29.880
Estaduais	41	181	671	460
Municipais	5.007	4.948	22.054	23.300
Remuneração de capitais de terceiros	103.234	84.693	235.381	220.196
Juros	102.694	84.011	223.230	208.990
Aluguéis	533	674	12.144	11.198
Outros	7	8	7	8
Remuneração de capitais próprios	(72.355)	(31.686)	(78.046)	(32.327)
Prejuízos retidos no período	(72.355)	(31.686)	(72.355)	(31.686)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(5.691)	(641)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011. Sua atividade principal, exercida diretamente ou por meio de participações em outras empresas, é a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários e rodoviários de cargas. Entre suas operações, destacam-se: serviços auxiliares ao transporte de cargas e logística, atuando como agente de transportadoras; agenciamento marítimo e operação portuária; serviços e logística de depósitos, incluindo armazenagem de cereais e produtos correlatos; consultoria de transportes; e operação de polos de transbordo rodoviário e ferroviário.

Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia detém 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), cuja sede está localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, em São Luís, MA, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto contratualmente.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o contrato de concessão.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

Concessão do Terminal portuário de Santos

A Companhia, através de sua controlada direta CLI Sul S.A. (“CLI Sul”), detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A CLI Sul é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

Ambos os contratos de concessão referentes às operações no Maranhão e em Santos, serão extintos ao término do prazo contratual, ou, antecipadamente, em caso de encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Ambiente macroeconômico e geopolítico

A Administração da Companhia acompanha a evolução do cenário geopolítico internacional, em especial os desdobramentos recentes no Oriente Médio, incluindo eventuais impactos sobre a navegação no Estreito de Ormuz.

O estreito constitui rota relevante para o comércio global de petróleo e gás natural liquefeito, de modo que eventuais restrições ou aumento do risco de navegação podem afetar preços de energia, custos de frete e seguros internacionais, com potenciais reflexos indiretos em cadeias globais de suprimentos e no custo de insumos relacionados às atividades da Companhia.

Considerando a natureza de suas operações (prestação de serviços logísticos e de elevação portuária nos portos de Itaqui/MA e Santos/SP), a Administração avaliou os possíveis impactos desse cenário e, até a data de autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias, não identificou efeitos diretos materiais sobre sua posição patrimonial e financeira, desempenho operacional ou fluxos de caixa, tampouco eventos que demandem ajustes aos saldos contábeis em 30 de junho de 2026.

A Administração seguirá monitorando a evolução do cenário e seus eventuais desdobramentos, em especial o escoamento de graneis vegetais sólidos a partir do terceiro trimestre, transportados para o oriente médio através do estreito, os quais, se relevantes e mensuráveis, serão reconhecidos prospectivamente, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

Mudança de acionistas

Em 2 de junho de 2026, foi assinado contrato de compra e venda de ações entre, de um lado, PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior (“PE SOPP FIP”) e SOPP Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“SOPP Infra FIP”), fundos de investimento geridos pela IG4 Capital, e Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“MIP V Fund” e, em conjunto com PE SOPP FIP e SOPP Infra FIP, os “Acionistas CLI”), fundo de investimento gerido pela Macquarie Asset Management, e, de outro lado ADP Brazil Ports Holdco S.A., subsidiária da AD Ports Group (“Compradora”), com a Companhia e Abu Dhabi Ports Company PJSC como anuentes, por meio do qual os Acionistas da Companhia se comprometeram a alienar à Compradora a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, representativas, nesta data, de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia. Ainda, tendo em vista que a Companhia detém 80% (oitenta por cento) das ações de emissão da CLI Sul, a Operação resultará na alteração de controle indireto da CLI Sul.

A conclusão da Operação está sujeita ao cumprimento de condições suspensivas usuais para operações desta natureza. Conforme nota explicativa nº 27, dentre as condições suspensivas, já foram cumpridas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 03 de agosto de 2026, e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ no dia 06 de agosto de 2026, foi divulgado resultado de votação do colegiado, sendo esperado a formalização do acordão ainda na primeira quinzena de Agosto.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Adicionalmente, as informações seguem o CPC21 (R1) - Demonstração Intermediária, aprovado pela CVM Deliberação nº 673, de 20 de outubro de 2011, e estão em conformidade com a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”). As informações financeiras consolidadas da Companhia, portanto, estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - “International Financial Reporting Standards” (“IFRS”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia e sua subsidiária.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à norma internacional IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente à norma internacional IAS 2) ou valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma internacional IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

A Administração tem, na data de aprovação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras.

2.3. Base para consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras intermediárias da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. A influência significativa é definida com o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, bem como os ativos e passivos de coligadas, são incorporados nestas informações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. Caso exista qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, esse valor é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

A seguir, é apresentada a relação das controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como o investimento controlado em conjunto, em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Participação direta:		
CLI SUL S.A.	80%	80%
Participação em coligada:		
Tegram Operações Portuárias S.A. (“TOP S.A.”)	25%	25%

c) Participação de não controladores

A Companhia optou por mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente com base na participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Alterações na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em real ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

Abaixo são apresentadas as principais áreas que envolvem estimativas, de modo a proporcionar um melhor entendimento sobre como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas em cada uma:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada calculam e reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à norma internacional IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresenta-se os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da CLI Sul, o terminal possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. São constituídas provisões para perdas relacionadas a processos judiciais sempre que a Administração avalia que a perda é provável e pode ser estimada com grau razoável de segurança, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. A avaliação da probabilidade de perda e da mensuração das provisões considera, entre outros fatores, as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência aplicável, as decisões mais recentes proferidas pelos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões e avaliações técnicas emitidas por assessores jurídicos externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

f) Passivo de arrendamento

A mensuração do passivo de arrendamento é efetuada de acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento. A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada utilizando, sempre que disponíveis, dados observáveis de mercado, como taxas de juros praticadas em operações de financiamento com prazos e características similares. Adicionalmente, a estimativa considera aspectos específicos da Companhia e de sua controlada, incluindo, entre outros fatores, o perfil e o “rating” de crédito, de forma a refletir as condições mais representativas que seriam aplicáveis a uma captação de recursos para a aquisição de um ativo de valor e prazo equivalentes ao do contrato de arrendamento, na data de início do contrato.

2.6. Sumário das principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas têm como objetivo proporcionar uma melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada.

As políticas e práticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas e divulgadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não havendo modificações entre os períodos de elaboração.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a composição dos saldos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	14.760	15.000	22.708	58.152
Aplicações financeiras (i)	244.845	37.247	602.815	593.479
Subtotal de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	259.605	52.247	625.523	651.631
Aplicações financeiras - longo prazo (ii)	9.443	-	9.443	-
Total de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras	269.048	52.247	634.966	651.631

- (i) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente referem-se, substancialmente aos investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remunerados à taxa de aproximadamente 99,82% do CDI em 30 de junho de 2026 (100,89% do CDI em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) As aplicações financeiras no ativo não circulante, no montante de R\$9.443 em 30 de junho de 2026, referem-se a depósitos decorrentes do benefício fiscal concedido pela SUDENE, por meio do qual até 27% do imposto de renda devido, acompanhado de 50% desse valor como recurso próprio (contrapartida), é aplicado pela Companhia para posterior reinvestimento nas atividades no Porto de Itaquí.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Clientes estrangeiros	3.734	5.576	4.757	9.252
Clientes nacionais	1.685	1	6.990	2.957
Clientes Consórcio Tegram	469	570	469	570
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.027)	(1.145)
Total	5.888	6.147	11.189	11.634

A movimentação das perdas de créditos esperadas é detalhada conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.145)
Adição	-
Reversão de provisão	118
Saldo em 30 de junho de 2026	(1.027)

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, caso em que são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia e sua controlada mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	5.887	5.515	11.192	9.221
Créditos vencidos até 30 dias	-	631	-	631
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	1	1	1	1.641
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	-	-	146
Créditos vencidos acima de 361 dias	-	-	1.023	1.140
Total	5.888	6.147	12.216	12.779

5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Peças e acessórios	3.949	4.141	9.496	11.268
Combustíveis e lubrificantes	4	4	578	691
Almoxarifado e outros	847	370	6.065	4.380
Total	<u>4.800</u>	<u>4.515</u>	<u>16.139</u>	<u>16.339</u>
Circulante	4.800	4.515	9.458	9.703
Não circulante		-	6.681	6.636

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$2.595 em 30 de junho de 2026 no consolidado (R\$5.678 em 31 de dezembro 2025). No período, foi revertida provisão no montante de R\$3.011, não tendo havido novas adições.

6. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas conforme apresentamos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante:				
CLI Sul S.A. (i)	-	167.409	-	-
Rumo S.A. (ii)	-	-	713	2.536
Total ativo circulante	<u>-</u>	<u>167.409</u>	<u>713</u>	<u>2.536</u>
Passivo circulante:				
Consórcio Tegram-Itaqui	176	176	176	176
Rumo S.A. (iii)	-	-	24.932	29.277
Raízen Energia S.A. e controladas (iv)	-	-	7.305	9.445
Outros	-	-	2.036	1.061
Total Passivo circulante	<u>176</u>	<u>176</u>	<u>34.449</u>	<u>39.959</u>

- (i) Refere-se ao contrato de mútuo celebrado com a sua controlada, CLI Sul, no montante de R\$160.000, com vencimento em 2 de janeiro de 2026 e remuneração à taxa de juros CDI + 1.25%, o qual foi liquidado na data acordada no montante de R\$160.560.
- (ii) Os saldos de contas a receber, classificados no ativo circulante, no montante de R\$713, composto por reembolsos de gastos incorridos pela Companhia por conta e ordem da Rumo. (Em 31 de dezembro de 2025, R\$468 referente a reembolsos e recebíveis de “performance” de R\$2.068).
- (iii) O saldo de contas a pagar, classificado no passivo circulante, em 30 de junho de 2026, refere-se, principalmente, por saldos de “demurrage” no montante R\$14.108 (R\$18.211 em 2025) e saldo de R\$10.824 a ser reembolsado à Rumo, (vide nota explicativa nº 7).
- (iv) O saldo de contas a pagar, classificado no passivo circulante, refere-se, substancialmente a adiantamentos de serviços de elevação a serem prestados de R\$11.055 (em 2025, R\$28.279), compensados com saldos a receber de serviços de elevação no montante de R\$3.751 (em 2025, R\$18.834).

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período, a Companhia realiza uma análise detalhada sobre a recuperação dos valores a receber. Neste exercício, após a referida análise, não foi reconhecida nenhuma provisão para perdas relacionadas a partes relacionadas.

a) Transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	47.112	30.163
Rumo S.A.	-	388
Outros	-	849
	<u>47.112</u>	<u>31.400</u>

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Compras de produtos/insumos:				
Logispot Armazéns Gerais S.A. (ii)	-	-	(6.364)	(6.097)
Rumo S.A. (iii)	-	-	(3.364)	(1.140)
Outros	-	-	-	(100)
Despesas compartilhadas:				
CLI Sul (iv)	7.939	10.003	-	-
	<u>7.939</u>	<u>10.003</u>	<u>(9.728)</u>	<u>(7.337)</u>

b) Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Salários e bônus	(655)	(1.050)	(2.848)	(4.556)
	<u>(655)</u>	<u>(1.050)</u>	<u>(2.848)</u>	<u>(4.556)</u>

- (i) Refere-se a prestação de serviços para a Raízen Energia e a Raízen S.A. de armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo).
- (ii) Refere-se a locação de espaço para armazenagem no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025 junto à Logispot Armazéns Gerais S.A., de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iii) Refere-se a prestação de serviço prestado para a Rumo no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025 junto à Rumo S.A. e à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresas grupo Rumo).
- (iv) Refere-se a reembolsos de serviços compartilhados no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025, junto à controlada, CLI Sul, no montante de R\$7.939, (R\$10.003 em 30 de junho de 2025), conforme o contrato celebrado entre as partes.

Pagamentos baseados em ações

A Companhia oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo. Esses incentivos têm como objetivo alinhar os interesses dos executivos com os objetivos estratégicos da Companhia, incentivando a criação de valor sustentável e o atingimento de metas de desempenho no longo prazo.

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“vesting”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. Consumo de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais.
2. Realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação.
3. Alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.
4. No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Conforme informado na nota explicativa nº 1, os acionistas assinaram acordo para venda das ações da Companhia, ainda pendente para efetivação o cumprimento de condições suspensivas usuais para operação desta natureza, sendo a efetivação da transação um “Evento de Liquidez”.

Baseado no montante do acordo, as premissas utilizadas na mensuração do valor justo das ações (principalmente “enterprise value”) foram revisadas.

Sendo assim, em 30 de junho, foram consideradas 3.826.223 opções de ações a um preço médio de outorga de 3,03 por opção, sendo o valor justo estimado das ações de 8,62, resultando em um valor justo de R\$21.481, registrado como patrimônio líquido, na rubrica “reserva de capital”, dado que a liquidação das opções ocorrerá mediante a entrega das ações da Companhia aos participantes. Em 31 de dezembro de 2025, o montante acumulado corresponde a R\$3.452.

A despesa correspondente de R\$18.029 foi registrada no resultado do período como “Despesas gerais e administrativas”, na rubrica “Despesa com pessoal”. No exercício de 2025, foi registrado o montante de R\$2.357.

No exercício de 2025 foram outorgadas 866.782 opções de compra de ações, cujo valor justo na data da outorga foi de R\$4,16 por opção. Em 31 de dezembro de 2025, há 3.566.189 opções de compra de ações outorgadas a um preço médio de R\$2,47 por opção.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
PIS	933	733	2.659	2.165
COFINS	3.759	2.871	11.591	9.350
IRPJ/CSLL (i)	1.838	331	16.668	15.268
Outros	24	11	421	408
Total	6.554	3.946	31.339	27.191

- (i) Em 2018, a subsidiária, EPSA, sucedida pela CLI Sul após incorporação, entrou com ação liminar contra a decisão da Receita Federal do Brasil, que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e à contribuição social por estimativa. Em 2023, essa liminar foi derrubada, resultando no pagamento de R\$12.850 realizado pela EPSA em 2023, sendo que R\$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro.

O montante pago foi integralmente desembolsado pela Rumo S.A. e, uma vez que a Companhia compense ou restitua, deverá devolvê-lo. Ante o exposto, a Companhia mantém as informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

8. INVESTIMENTOS

- a) Composição dos investimentos em 30 de junho e em 31 de dezembro de 2025:

Nome da Investida Tipo de investimento % Participação	TOP S.A.	
	Investimento em Coligada 25%	
	30/06/2026	31/12/2025
Total do ativo	3.023	2.859
Total do passivo	2.773	2.609
Patrimônio líquido	250	250
Valor do investimento	63	63

Nome da controlada	CLI Sul S.A. (i)	
	Investimentos em controlada direta	
Tipo de investimento	30/06/2026	31/12/2025
Número de ações (mil)	543.751	543.751
Tipo de ações	Ordinárias	Ordinárias
% Participação	80%	
Total do ativo	2.302.718	2.438.742
Total do passivo	1.682.084	1.789.656
Patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores	496.507	519.270
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores (i)	124.127	129.816
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído à participação dos controladores	(22.763)	36.730
Valor do investimento	496.507	519.270

b) Movimentação dos investimentos:

	TOP S.A.	CLI SUL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63	595.262	595.325
Equivalência patrimonial	-	36.730	36.730
Redução de capital social na investida (i)	-	(104.000)	(104.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(8.722)	(8.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	63	519.270	519.333
Equivalência patrimonial	-	(22.763)	(22.763)
Saldo em 30 de junho de 2026	63	496.507	496.570

- (i) Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado a redução de capital da CLI Sul no montante de R\$130.000, sendo R\$104.000 destinado à Companhia e R\$26.000 aos acionistas minoritários, conforme participações acionárias. O desembolso ocorreu em 30 de janeiro de 2025.

9. DIREITO DE USO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Concessão no porto de Itaquí	68.492	67.877	68.492	67.877
Concessão no porto de Santos	-	-	163.603	165.932
Outros	163	325	838	2.039
Total	68.655	68.202	232.933	235.848

Movimentação do direito de uso da controladora

		Controladora				
	Vida útil em anos	31/12/2025	Adição	Remensuração	Amortização	30/06/2026
Concessão no porto de Itaquí	15	67.877	-	3.819	(3.204)	68.492
Outros	2	325	-	-	(162)	163
Total		<u>68.202</u>	<u>-</u>	<u>3.819</u>	<u>(3.366)</u>	<u>68.655</u>

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adição	Remensuração	Amortização	31/12/2025
Concessão no porto de Itaquí	15	69.929	-	4.042	(6.094)	67.877
Outros	2	397	227	25	(324)	325
Total		<u>70.326</u>	<u>227</u>	<u>4.067</u>	<u>(6.418)</u>	<u>68.202</u>

Movimentação do direito de uso do consolidado

		Consolidado				
	Vida útil em anos	31/12/2025	Adição	Remensuração	Amortização	30/06/2026
Concessão no porto de Itaquí	15	67.877	-	3.819	(3.204)	68.492
Concessão no porto de Santos	14	165.932	-	6.012	(8.341)	163.603
Outros	2	2.039	-	-	(1.201)	838
Total		<u>235.848</u>	<u>-</u>	<u>9.831</u>	<u>(12.746)</u>	<u>232.933</u>

		Consolidado				
	Vida útil em anos	31/12/2024	Adição	Remensuração	Amortização	31/12/2025
Concessão no porto de Itaquí	15	69.929	-	4.042	(6.094)	67.877
Concessão no porto de Santos	14	173.302	-	8.755	(16.125)	165.932
Outros	2	397	4.382	77	(2.817)	2.039
Total		<u>243.628</u>	<u>4.382</u>	<u>12.874</u>	<u>(25.036)</u>	<u>235.848</u>

10. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Terrenos, edifícios e benfeitorias	291	291	183.307	172.683
Móveis e utensílios	466	465	1.969	1.989
Computadores e periféricos	316	307	316	307
Máquinas, equipamentos e instalações	203.443	205.875	471.842	489.619
Obras em andamento	-	-	297.254	154.680
Total	<u>204.516</u>	<u>206.938</u>	<u>954.688</u>	<u>819.278</u>

Movimentação do ativo imobilizado da controladora

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	165	290	212.930	213.385
Adições	295	344	94	3.570	4.303
Depreciação no exercício	(4)	(44)	(77)	(10.625)	(10.750)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	291	465	307	205.875	206.938
Adições	-	6	4	3.226	3.236
Depreciação no período	-	(29)	(46)	(5.583)	(5.658)
Transferências	-	24	51	(75)	-
Saldo em 30 de junho de 2026	291	466	316	203.443	204.516

Movimentação do ativo imobilizado consolidado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	189.285	1.193	290	6.813	519.046	716.627
Adições	295	1.199	94	142.669	24.019	168.276
Depreciação no exercício	(16.897)	(403)	(77)	-	(53.446)	(70.823)
Transferências	-	-	-	5.198	-	5.198
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172.683	1.989	307	154.680	489.619	819.278
Adições	2.225	20	4	164.995	3.712	170.956
Depreciação no período	(11.978)	(71)	(46)	-	(22.191)	(34.286)
Transferências	20.377	31	51	(22.421)	702	(1.260)
Saldo em 30 de junho de 2026	183.307	1.969	316	297.254	471.842	954.688

Em 30 de junho de 2026, estão registrados em obras em andamento o montante de R\$13.664 (R\$18.139 em 31 de dezembro de 2025), referente à adiantamentos à fornecedores relacionados ao plano de modernização das operações do Porto de Santos, iniciado em 2025 e com conclusão prevista para 2029. Os valores registrados serão apropriados ao ativo imobilizado conforme a efetiva execução dos projetos vinculados.

Além disso, foram capitalizados juros nos seis meses findos em 30 de junho de 2026 de R\$15.123 (em 2025, foi registrado o montante de R\$14.107), que estão classificados como obras em andamento, tendo sido utilizado uma taxa de 7,16% para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização, que representa a taxa efetiva dos empréstimos.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 - 15 anos

Em 30 de junho de 2026, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Licença de operação	369.549	385.919	1.204.407	1.262.136
Outros	-	-	14.263	13.871
	<u>369.549</u>	<u>385.919</u>	<u>1.218.670</u>	<u>1.276.007</u>

Movimentação do intangível:

	Controladora		Consolidado		
	Licença de operação	Total	Licença de operação	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	418.499	418.499	1.382.001	19.038	1.401.039
Adições	584	584	584	2.789	3.373
Amortização no exercício	(33.164)	(33.164)	(120.449)	(2.758)	(123.207)
Transferências para imobilizado	-	-	-	(5.198)	(5.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>385.919</u>	<u>385.919</u>	<u>1.262.136</u>	<u>13.871</u>	<u>1.276.007</u>
Adições	242	242	242	297	539
Amortização no período	(16.612)	(16.612)	(57.971)	(1.165)	(59.136)
Transferências do imobilizado	-	-	-	1.260	1.260
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>369.549</u>	<u>369.549</u>	<u>1.204.407</u>	<u>14.263</u>	<u>1.218.670</u>

Licença de operaçãoControladora

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui, bem como a mais-valia do Contrato de Concessão, identificado em combinações de negócio, o qual será amortizado até 2037 de acordo com a vida útil do contrato de concessão.

Consolidado

Refere-se a ativo intangível relacionado à mais-valia dos contratos de concessão, identificado em combinações de negócios por ocasião da aquisição da extinta EPSA pela CLI Sul.

O montante será amortizado até 2037, em conformidade com a vida útil dos contratos de concessão detidos pela CLI Sul.

Os ativos intangíveis são amortizados com base linear ao longo de sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram) e bens de concessão	4,38%
Licença de operação (CLI Sul) e bens de concessão (custo)	3,70%
Licença de operação (CLI Sul) e bens de concessão (mais-valia)	7,53%
Outros	3,30%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais dos ativos intangíveis são revistos a cada data de relatório e ajustados, quando apropriado.

Em 30 de junho de 2026, a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não existem indícios que justifiquem a constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	4.057	1.777	25.376	18.496
Fornecedores estrangeiros	-	-	-	10.813
Outros	-	-	2.486	1.225
Total Fornecedores	<u>4.057</u>	<u>1.777</u>	<u>27.862</u>	<u>30.534</u>

12.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Assunção de dívida (a)	-	418	-	418
Provisão de estadia	-	-	5.422	4.671
Provisões diversas	980	1.388	4.902	5.481
Adiantamento de clientes	17	664	4.396	4.384
Retenções de bônus	1.719	3.598	1.719	3.598
Outros valores a pagar	1.730	1.281	1.983	1.533
Total Outras contas a pagar	<u>4.446</u>	<u>7.349</u>	<u>18.422</u>	<u>20.085</u>
Circulante	2.488	2.456	16.464	15.192
Não circulante	1.958	4.893	1.958	4.893

- (a) Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de integrar o Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato celebrado entre as partes, a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020, dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. De acordo com o instrumento de assunção de dívida, o pagamento foi estruturado em 5 anos, dividido em 4 parcelas anuais, com início no primeiro semestre de 2021 e término em 2025. O montante restante em 31 de dezembro de 2025, foi liquidado em 9 de janeiro de 2026.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa média obtida foi de 12,62% a.a. para controladora e para sua Controlada foi de 14,53% a.a.

A movimentação de saldos de obrigações com arrendamentos a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	95.115	280.190
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.067	12.874
Adição	227	4.382
Apropriação de juros	11.090	38.062
(-) Pagamento de principal	(4.324)	(14.888)
(-) Pagamento de juros	(11.090)	(38.062)
Outros	-	674
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>95.085</u>	<u>283.232</u>
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	3.819	9.831
Apropriação de juros	5.543	18.768

	Controladora	Consolidado
(-) Pagamento de principal	(2.457)	(8.260)
(-) Pagamento de juros	(5.543)	(18.768)
Outros	-	339
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>96.447</u>	<u>285.142</u>
Circulante	12.646	41.770
Não circulante	83.801	243.372

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os arrendamentos:

Maturidade dos contratos		
Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2026	7.910	26.257
2027	15.766	50.839
2028	15.752	50.825
2029 até o término do contrato	<u>126.812</u>	<u>381.209</u>
Valor não descontado	166.240	509.130
(-) Juros embutido	<u>(69.793)</u>	<u>(223.988)</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>96.447</u>	<u>285.142</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026		30/06/2026	
		Ajustado a valor presente		Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa	Nominal		Nominal	
Contraprestação do arrendamento	166.240	96.447	509.130	285.142
PIS/COFINS potencial (9,25%)	15.377	8.921	47.095	26.376

Outras divulgações:

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,89% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo de arrendamento				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	96.447	95.085	285.142	283.232
Fluxo com projeção de inflação	<u>102.236</u>	<u>101.639</u>	<u>302.086</u>	<u>301.891</u>
Variação	<u>5.789</u>	<u>6.554</u>	<u>16.944</u>	<u>18.659</u>

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
<u>Direito de uso</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	68.655	68.202	232.933	235.848
Fluxo com projeção de inflação	72.776	72.903	246.766	251.335
Variação	4.121	4.701	13.833	15.487
<u>Despesa financeira</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(5.543)	(11.090)	(18.768)	(38.062)
Fluxo com projeção de inflação	(5.876)	(11.854)	(19.883)	(40.561)
Variação	(333)	(764)	(1.115)	(2.499)
<u>Despesa de depreciação</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(3.366)	(6.418)	(12.746)	(25.036)
Fluxo com projeção de inflação	(3.568)	(6.860)	(13.503)	(26.676)
Variação	(202)	(442)	(757)	(1.640)

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL	5.681	6.373	5.699	6.859
ICMS	-	32	2.708	2.404
PIS/COFINS	1.667	-	2.835	5.029
ISS	1.007	581	4.760	4.031
Outros impostos a recolher	314	1.030	2.134	2.798
Total obrigações tributárias	8.669	8.016	18.136	21.121

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva é demonstrada a seguir. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado, é demonstrada conforme detalhamento:

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.759)	(58.059)	17.560	(28.349)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	9.438	19.740	(5.970)	9.639

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Equivalência patrimonial	(257)	(7.739)	7.307	(872)
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	268	303	33	64
Amortização mais-valia não dedutível	(2.725)	(5.451)	(2.725)	(5.451)
Juros sobre ações preferenciais	(8.035)	(15.497)	(5.418)	(13.929)
Obrigações trabalhistas não dedutíveis	(8.910)	(8.910)	-	-
Incentivos fiscais (Redução L.E + Reinvestimento SUDENE)	3.157	3.421	4.207	6.103
Outras diferenças permanentes, líquidas	(53)	(78)	-	-
Outros	(167)	(85)	2	1.109
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(7.284)	(14.296)	(2.564)	(3.337)
IRPJ/CSLL Corrente	(6.679)	(15.364)	(3.441)	(4.755)
IRPJ/CSLL Diferido	(605)	1.068	877	1.418
Total	(7.284)	(14.296)	(2.564)	(3.337)

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.906)	(72.244)	36.273	(27.818)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	8.468	24.563	(12.333)	9.458
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	268	303	33	64
Amortização mais-valia não dedutível	(4.454)	(8.908)	(4.415)	(8.832)
Juros sobre ações preferenciais	(8.035)	(15.497)	(5.418)	(13.929)
Obrigações trabalhistas não dedutíveis	(8.910)	(8.910)	-	-
Incentivos fiscais (Redução L.E + Reinvestimento SUDENE)	3.157	3.421	4.207	6.103
Reversão de reembolsos de partes relacionadas	-	-	2.244	2.244
Outras diferenças permanentes, líquidas	(335)	(508)	(493)	(630)
Outras	(485)	(268)	271	1.013
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(10.326)	(5.802)	(15.904)	(4.509)
IRPJ/CSLL Corrente	(6.679)	(15.364)	(3.441)	(4.755)
IRPJ/CSLL Diferido	(3.647)	9.562	(12.463)	246
Total	(10.326)	(5.802)	(15.904)	(4.509)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das individuais e consolidadas. As alíquotas atualmente aplicadas para a determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para demandas judiciais	601	622	601	622
Provisão para participação nos resultados	452	3.578	2.646	6.769
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	-	-	1.256	2.320
Demais provisões ("demurrage", estadia e outras)	1.332	-	13.757	12.451
Passivo de arrendamento	9.449	9.140	22.451	21.053
Amortização mais-valia	-	-	29.650	31.196
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	35.608	24.570
Outros	2.376	713	2.376	713
Tributos diferidos - Ativos	<u>14.210</u>	<u>14.053</u>	<u>108.345</u>	<u>99.694</u>
<u>Diferenças temporárias</u>				
Outros	-	(910)	-	(910)
Tributos diferidos - Passivos	-	(910)	-	(910)
Ativo fiscal diferido, líquido	<u>14.210</u>	<u>13.143</u>	<u>108.345</u>	<u>98.784</u>

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Ano:		
2026	19.954	7.718
2027	12.144	10.200
2028	3.510	13.925
	<u>35.608</u>	<u>31.843</u>

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das informações financeiras e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estão disponíveis lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Conforme estabelecido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a recuperação de ativos fiscais depende da geração de lucro tributável futuro. Considerando a incorporação da EPSA pela CLI Sul, concluída em abril de 2024, avaliou-se que há uma expectativa fundamentada de realização integral dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias ativas, com base na projeção de resultados tributáveis futuros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerou cenários de estresses, incluindo reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados em período inferior a 10 anos. Dessa forma, foi efetuado o reconhecimento integral de imposto de renda ativo diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias na controlada CLI Sul.

O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

A Companhia, desde janeiro de 2016, usufrui do benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Em 2023, a Companhia obteve a postergação de referido benefício até 2033.

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Debêntures (a)	(a)	405.016	405.935	1.798.567	1.751.951
Empréstimos bancários	(c)	174.743	162.384	174.743	162.384
Custos de transação		(5.668)	(6.200)	(43.405)	(46.378)
Total		<u>574.091</u>	<u>562.119</u>	<u>1.929.905</u>	<u>1.831.957</u>
Circulante		215.396	203.956	365.003	287.861
Não circulante		358.695	358.163	1.564.902	1.544.096

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	562.119	417.147	1.831.957	1.415.648
Captação (c)	-	159.950	-	432.167
Custos apropriados	532	1.063	2.972	5.724
Juros Incorridos	46.153	73.679	149.842	267.481
(-) Pagamento de principal	(34.713)	(21.000)	(34.713)	(61.000)
(-) Pagamento de juros	-	(68.720)	(20.153)	(228.063)
Saldo Final	<u>574.091</u>	<u>562.119</u>	<u>1.929.905</u>	<u>1.831.957</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 30 de junho de 2026 são como segue:

Ano	30/06/2026	
	Controladora	Consolidado
2027	43.569	145.129
2028	59.837	170.957
2029	68.237	225.356
2030 a 2035	187.052	1.023.460
Saldo Final	<u>358.695</u>	<u>1.564.902</u>

(a) Emissão debêntures

- (i) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, são constituídas por 420 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000. As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, com a primeira parcela paga em 10 de outubro de 2023 e a última a ser paga em 10 de outubro de 2031. A remuneração será de CDI+3,5% a.a., paga semestralmente, sempre em abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2023.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debêntures foram, inicialmente, garantidas pelas ações da investida indireta EPSA, controlada pela CLI Sul (investida direta), equivalentes a 26,66%, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da CLI Sul, com a incorporação da EPSA pela CLI Sul e sua consequente extinção. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a incidir sobre as ações da CLI Sul detidas pela Companhia. Ressalte-se que não houve qualquer alteração na cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (ii) Em outubro de 2022, a controlada direta, CLI Sul S.A., realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, são constituídas por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, com a primeira parcela paga em 10 de outubro de 2023 e a última a ser paga em 10 de outubro de 2031. A remuneração anual será de CDI+3,2% a.a., com vencimentos em outubro de cada ano.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, foram inicialmente garantidas pelas ações da EPSA, controlada direta da CLI Sul, equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da Companhia, resultando na incorporação da EPSA pela CLI Sul e a consequente extinção da EPSA. Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI Norte") detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (iii) Em 27 de outubro de 2023, a extinta EPSA emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, que perfizeram o montante de R\$196.000. Os créditos imobiliários provenientes das debêntures, integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários ("CRI"), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública. As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas iguais anuais a partir de 2031, e pagamento de juros semestrais. A remuneração será de IPCA+6,608% a.a. A garantia fidejussória foi outorgada pelas fiadoras CLI Norte e CLI Sul.

Com a incorporação em 2024, a CLI Sul passou a ser integralmente responsável por toda e qualquer obrigação, dever e direito da EPSA decorrentes da emissão. Na mesma oportunidade, excluiu-se a CLI Sul como fiadora da emissão.

- (iv) Em fevereiro de 2025, a CLI Sul S.A. realizou a 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$300.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas em série única.

As debêntures emitidas preveem pagamentos fixos de remuneração de IPCA + 8,5536% ao ano em 21 parcelas semestrais e consecutivas, a partir da data de emissão, com vencimento nos meses de fevereiro e agosto de cada ano. O primeiro pagamento está previsto para 15 de agosto de 2029 e o último para 15 de agosto de 2035.

A amortização do valor nominal unitário atualizado ocorrerá em 7 parcelas, sendo a primeira amortização em 15 de agosto de 2029 e a última na data de vencimento das debêntures em 15 de agosto de 2035. A Companhia é garantidora fidejussória.

(b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Os “covenants” associados a emissão das debêntures da Companhia e sua controlada CLI Sul, estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros de acordo com cada contrato, conforme abaixo:

- (i) Segunda emissão de Debêntures da Companhia tem a obrigação de manutenção da dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, com base em suas demonstrações financeiras individuais anuais.
- (ii) As debêntures da CLI Sul S.A. têm as seguintes obrigações, apurada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CLI Sul.
 - Medição anual da Dívida Líquida/EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,50.
 - Medição semestral do Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado, devendo ser menor de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“covenants” financeiros) sejam mensurados anualmente ou semestralmente foram adequadamente atendidas em 30 de junho de 2026.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo da Companhia incluem cláusulas de “covenants” não financeiros, em linha com as práticas de mercado, as quais devem ser cumpridas e atestadas na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros. Destaca-se que Companhia está em conformidade com todas as exigências contratuais, não havendo qualquer descumprimento que possa acarretar o vencimento antecipado dos contratos de empréstimo.

(c) Empréstimos bancários

Em novembro de 2025, a Companhia contratou operação de crédito junto a instituições financeiras, por meio da emissão de nota de crédito de exportação (“NCE”), no montante de US\$29.832 mil (equivalente a R\$159.950), a uma taxa de juros fixa de 5,49% a.a. O contrato foi estabelecido a curto prazo, com vencimento e liquidação definidos até novembro de 2026. Para mitigar o risco de exposição às variações de taxa de câmbio e juros sobre o valor justo da operação, a Companhia contratou instrumento derivativo na modalidade swap de taxa de juros, convertendo a obrigação originalmente pactuada em Dólares para Reais, e fixando os juros a uma taxa de CDI+1,00% a.a.

Não existem cláusulas de “covenants” ou garantias adicionais vinculadas ao contrato.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, seja por meio de pagamento ou outra forma de resolução da obrigação. O montante da obrigação foi estimado de forma segura, com base nas melhores informações disponíveis, considerando a natureza da despesa e as circunstâncias do evento que originou a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade das demandas judiciais leva em consideração as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência relevante, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas conforme as circunstâncias evoluem, incluindo, mas não se limitando, de acordo com o prazo de prescrição, as conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificação de exposições adicionais, que podem surgir de novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em relação aos processos judiciais originados de combinações de negócios, as provisões são estimadas a valor justo da data-base da aquisição, conforme as diretrizes aplicáveis.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a processos em curso, conforme descrito a seguir:

Provisão para demanda judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Tributárias	-	-	1.965	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	24.392	25.324
Trabalhistas	1.767	1.830	11.282	10.866
	<u>1.767</u>	<u>1.830</u>	<u>37.639</u>	<u>38.155</u>

Composição dos depósitos judiciais, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Tributárias	-	-	295	295
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	316	630
Trabalhistas	92	92	760	947
	<u>92</u>	<u>92</u>	<u>1.371</u>	<u>1.872</u>

A movimentação em 30 de junho de 2026 referente a provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais, classificados como perda provável, é apresentada abaixo:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	1.172	1.172
Adição de provisão	-	-	495	495
Atualização monetária	-	-	163	163
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	1.830	1.830
Adição de provisão	-	-	288	288
Reversão de provisão/pagamentos	-	-	(477)	(477)
Atualização monetária	-	-	126	126
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.767</u>	<u>1.767</u>

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.511	31.581	17.213	52.305
Adição de provisão	1.965	-	2.429	4.394
Reversão de provisão/pagamentos	(3.511)	(6.460)	(10.318)	(20.289)
Atualização monetária	-	203	1.542	1.745
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.965	25.324	10.866	38.155
Adição de provisão	-	545	4.389	4.934
Reversão de provisão/pagamentos	-	(1.542)	(4.344)	(5.886)
Atualização monetária	-	65	371	436
Saldo em 30 de junho de 2026	1.965	24.392	11.282	37.639

Na controlada CLI Sul, os processos jurídicos com fatos geradores anteriores a aquisição da extinta EPSA (novembro de 2022) pela CLI Sul, tem o direito de ser indenizada pelos antigos controladores. Com isso, adições ou reversões referentes a esses períodos são registradas contra ativo indenizatório, não impactando o resultado do período e o fluxo de caixa da Companhia. No período findo em 30 de junho de 2026, o montante de R\$3.237 (R\$15.373 no exercício de 2025) foi revertido contra ativo indenizatório. O saldo de ativo indenizatório em 30 de junho de 2026 é de R\$31.421 (R\$34.658 em 31 de dezembro de 2025).

Perdas possíveis

Composição das perdas possíveis, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Tributárias	-	-	37.240	26.606
Cíveis, regulatórias e ambientais	921	390	45.284	59.523
Trabalhistas	20	15	18.840	16.912
Total	941	405	101.364	103.041

Os principais processos classificados como possíveis estão destacados abaixo:

Tributárias: Disputas judiciais envolvendo, principalmente, a cobrança de ISS lavradas pela prefeitura municipal onde a Companhia possui operação.

Cíveis, regulatórios e ambientais: O montante de R\$45.284 (em 31 de dezembro de 2025, R\$59.523) refere-se a autuações aplicadas por órgãos ambientais federais com alegações de possíveis descumprimentos de normas e regulamentos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

18. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS E CONVERSÍVEIS

As ações preferenciais resgatáveis e conversíveis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$505.782 de principal reconhecido no passivo não circulante.

Os juros incorridos nos seis meses findos em 30 de junho de 2026 foram de R\$45.580 (R\$73.894 em 2025), não tendo havido pagamentos no período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 (em 2025, foi pago o montante de R\$74.000). O saldo remanescente de juros a pagar em 30 de junho de 2026 é de R\$45.809 (em 31 de dezembro de 2025, R\$229).

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- **Prioridade no recebimento de Dividendos:** As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor - Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários").
- **Prioridade no reembolso de capital:** as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrentes de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.
- **Direito a Voto:** As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito.
- **Resgate:** As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.
- **Conversão em Ações Ordinárias:** As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias).
- **Exclusão de Direito de Preferência:** As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social subscrito e Reserva de Capital

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$161.822 totalmente subscrito e integralizado. O capital está dividido da seguinte forma: (i) 144.855.320 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal ('ON') e; (ii) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada.

	30/06/2026				31/12/2025			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II								
Multiestratégia no Exterior	49.751.652	34%	-	0%	49.751.652	34%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	22.676.008	16%	-	0%	22.676.008	16%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	72.427.660	50%	11.239.603	100%	72.427.660	50%	11.239.603	100%
	144.855.320	100%	11.239.603	100%	144.855.320	100%	11.239.603	100%

Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária e após recomendação do Conselho de Administração, foi aprovado redução de capital, que resultou na conversão de 20.100.900 ações ordinárias em Ações Preferenciais classe B, desembolso de caixa no total de R\$141.276, sendo R\$49.000 de capital social pelo resgate integral das Ações Preferenciais Classe B e R\$92.276 oriundo da reserva de capital.

19.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída por meio de destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não podendo exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Dado o prejuízo acumulado da Companhia, não há constituído montantes de reserva legal.

19.3. Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício, equivalente aos incentivos fiscais, quando houver lucro contábil suficiente para a constituição, em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva poderá ser utilizada exclusivamente para absorção de prejuízos e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou por aumento de capital.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, devido ao fato de a Companhia não ter tido lucro contábil, não foi constituído reserva de incentivos fiscais.

19.4. Pagamento de dividendos e redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas.

Em fevereiro de 2026, o Conselho de administração da controlada direta, CLI Sul, propôs a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2025 no montante de R\$10.904, sendo R\$2.181 a ser pagos a minoritários. Referida distribuição foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2026 e efetivamente paga em junho de 2026.

19.5. Transação de capital

Conforme a interpretação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (R2) (ICPC), negociações subsequentes entre acionistas, em perda de controle pela controladora, devem ser registradas como transações entre acionistas no patrimônio líquido da Companhia.

Em decorrência da troca de ações mencionada na nota explicativa nº 1, referente à versão do acervo líquido da EPSA para a CLI Sul, na qual a participação da Companhia na CLI Sul passou de 100% para 80%, a Companhia registrou um montante de R\$146.273 como transações entre acionistas no patrimônio líquido.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

	Controladora			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	a	a	a	a
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(35.043)	(72.355)	14.996	(31.686)
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro (prejuízo) básico por ação (milhares)	144.855	144.855	144.855	147.965
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Ações preferenciais resgatáveis (milhares)	11.240	11.240	11.240	11.240
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opções de ações (milhares)	3.219	3.219	3.219	3.219

	Controladora			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	a	a	a	a
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Resultado básico por ação - R\$	(0,24)	(0,50)	0,10	(0,21)
Resultado diluído por ação - R\$	(0,24)	(0,50)	0,09	(0,21)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como planos de opção de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 18). As ações ordinárias potenciais devem ser tratadas como diluidoras somente quando a sua conversão em ações ordinárias possa diminuir o lucro por ação ou aumentar o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

No período findo em 30 de junho de 2026 e 2025, dado que a diluição resultaria numa redução do prejuízo por ação, as ações ordinárias potenciais dilutivas não foram consideradas na determinação do resultado diluído por ação.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Classificação por Categoria			Consolidado	
			30/06/2026	
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	625.523	625.523
Contas a receber	Custo amortizado	-	11.189	11.189
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	713	713
Outros créditos	Custo amortizado	-	6.150	6.150
Aplicações financeiras - Não circulante	Custo amortizado	-	9.443	9.443
Total			653.018	653.018
Passivos				
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado	-	1.929.905	1.931.371
Fornecedores	Custo amortizado	-	27.862	27.862
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	285.142	285.142
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	34.449	34.449
Ações preferenciais	Custo amortizado	-	551.591	551.591
Dividendos a pagar	Custo amortizado	-	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	18.422	18.425
Total			2.847.371	2.848.836

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, o qual é obtido a partir da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos nos quais os juros são pós-fixados, o valor justo aproxima-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são classificados da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.

- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (que abrange risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo, apresenta-se a natureza e a extensão de cada um dos riscos mencionados, detalhando os procedimentos adotados pela Companhia para mitigá-los e gerenciá-los adequadamente.

21.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia a leva em consideração o nível de risco de crédito que está disposta a assumir no curso de seus negócios. Para mitigar riscos, a Companhia adota procedimentos voltados para a diversificação da sua carteira de recebíveis, a seletividade na escolha de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e a definição de limites individuais de posição.

Esses procedimentos têm como objetivo minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo a receber de clientes, promovendo maior segurança e controle sobre a exposição a riscos de crédito.

21.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, a Companhia estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

21.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem resultar em aumento das despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como ao passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a realização da análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M.

Adicionalmente, foram estimados cenários alternativos, com valorização adicional de 25% e 50% nas taxas do cenário provável, respectivamente para os cenários II e III, para os próximos 12 meses.

				Controladora		
				30/06/2026		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<u>Ativos financeiros</u>						
Aplicações financeiras	CDI	13,98%	244.845	34.229	42.787	51.344
Aplicações financeiras - longo prazo	CDI	13,98%	9.443	1.320	1.650	1.980
Subtotal			254.288	35.549	44.437	53.324
				Controladora		
				30/06/2026		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<u>Passivos financeiros</u>						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,18%	96.447	4.031	5.039	6.047
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,98%	574.091	80.258	100.322	120.387
Subtotal			670.538	84.289	105.361	126.434
Total, líquido			(416.250)	(48.740)	(60.924)	(73.110)
				Consolidado		
				30/06/2026		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<u>Ativos financeiros</u>						
Aplicações financeiras	CDI	13,98%	602.815	84.274	105.342	126.410
Aplicações financeiras - longo prazo	CDI	13,98%	9.443	1.320	1.650	1.980
Subtotal			612.258	85.594	106.992	128.390
<u>Passivos financeiros</u>						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,18%	285.142	11.919	14.899	17.878
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	4,18%	485.156	20.280	25.349	30.419
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,98%	1.444.749	201.976	252.470	302.964
Subtotal			2.215.047	234.175	292.718	351.261
Total, líquido			(1.602.789)	(148.581)	(185.726)	(222.871)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora continuamente o risco de escassez de recursos e mantém um planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de assegurar que em seu ativo inclua saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora					
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 30/06/2026
Fornecedores	4.057	-	-	4.057	-	4.057
Empréstimos e debêntures	280.512	101.838	428.808	811.158	(237.067)	574.091
Passivo de arrendamento	15.793	15.766	134.681	166.240	(69.793)	96.447
Ações preferenciais resgatáveis	119.803	71.318	757.673	948.794	(397.203)	551.591
Partes relacionadas	176	-	-	176	-	176
Outras contas a pagar	2.488	1.958	-	4.446	-	4.446
Passivos financeiros	<u>422.829</u>	<u>190.880</u>	<u>1.321.162</u>	<u>1.934.871</u>	<u>(704.063)</u>	<u>1.230.808</u>

	Consolidado					
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 30/06/2026
Fornecedores	27.862	-	-	27.862	-	27.862
Empréstimos e debêntures	627.441	383.748	2.122.725	3.133.914	(1.204.009)	1.929.905
Passivo de arrendamento	34.140	50.839	424.151	509.130	(223.988)	285.142
Ações preferenciais resgatáveis	119.803	71.318	757.673	948.794	(397.203)	551.591
Partes relacionadas	34.449	-	-	34.449	-	34.449
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	16.464	1.958	-	18.422	-	18.422
Passivos financeiros	<u>860.159</u>	<u>507.863</u>	<u>3.304.549</u>	<u>4.672.571</u>	<u>(1.825.200)</u>	<u>2.847.371</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 30 de junho de 2026, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Ativo				
Caixas e equivalentes de caixa	13.657	10.034	18.386	25.274
Clientes estrangeiros	3.734	7.024	9.039	18.947
Total	<u>17.391</u>	<u>17.058</u>	<u>27.425</u>	<u>44.221</u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 30 de junho de 2026, de acordo com os seguintes cenários:

Controladora				
Taxa R\$/US\$	5,1273	5,2900	6,4091	7,6909
Ativos em dólar	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	2.664	436	3.417	6.832
Clientes estrangeiros	728	117	932	1.865
	<u>3.392</u>	<u>553</u>	<u>4.349</u>	<u>8.697</u>
Consolidado				
Taxa R\$/US\$	5,1273	5,2900	6,4091	7,6909
Ativos em dólar	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	3.586	584	4.597	9.194
Clientes estrangeiros	1.763	287	2.260	4.520
	<u>5.349</u>	<u>871</u>	<u>6.857</u>	<u>13.714</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de junho de 2026 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,2900/US\$1,00. Os cenários I e II consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R\$6,4091/US\$1,00) e de 50% (R\$7,6909/US\$1,00), respectivamente.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (pronunciamento técnico CPC 40).

22. RECEITA OPERACIONAL

A Companhia reconhece, conforme segue:

Controladora				
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Mercado Interno	21.711	59.208	11.986	36.140
Mercado Externo	51.207	73.218	54.208	86.325
Total de receita bruta	72.918	132.426	66.194	122.465
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(4.122)	(6.118)	(3.775)	(6.486)
Total de receita líquida	<u>68.796</u>	<u>126.308</u>	<u>62.419</u>	<u>115.979</u>

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Mercado Interno	68.107	160.777	98.885	176.720
Mercado Externo	168.261	277.206	185.279	285.046
Total de receita bruta	236.368	437.983	284.164	461.766
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(16.446)	(30.284)	(23.243)	(35.863)
Total de receita líquida	219.922	407.699	260.921	425.903

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

A composição das informações sobre as despesas e custos por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Matérias-primas e produtos	(1.245)	(1.650)	(1.481)	(2.124)
Despesa com pessoal (i)	(24.152)	(28.610)	(4.667)	(9.841)
Serviços de terceiros	(4.942)	(9.592)	(3.919)	(9.353)
Despesas com elevação	(4.636)	(5.693)	(7.459)	(15.298)
Gastos com rateio corporativo	(169)	(349)	(22)	(54)
Provisão para riscos e depósitos judiciais	(426)	(520)	-	(48)
Depreciação e amortização	(12.915)	(25.636)	(12.575)	(25.122)
Outras receitas (despesas)	(1.933)	(3.374)	(1.388)	(2.545)
Total	(50.418)	(75.424)	(31.511)	(64.385)
Custos dos serviços prestados	(21.641)	(38.988)	(24.560)	(48.808)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(28.511)	(36.258)	(6.972)	(15.528)
Outras receitas (despesas) operacionais	(266)	(178)	21	(49)
Total	(50.418)	(75.424)	(31.511)	(64.385)

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Matérias-primas e produtos	(12.548)	(20.299)	(7.978)	(15.392)
Despesa com pessoal (i)	(50.809)	(87.638)	(31.736)	(63.172)
Serviços de terceiros	(19.370)	(37.465)	(16.131)	(33.300)
Despesas com elevação	(20.922)	(32.612)	(22.763)	(42.897)
Gastos com rateio corporativo	(212)	(590)	(201)	(468)
Gastos com manutenção periódica	3.242	(15.596)	(6.484)	(17.147)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa e de obsolescência de estoque	2.503	3.129	517	357
Provisão para riscos e depósitos judiciais	(3.374)	(3.648)	(461)	(461)
Depreciação e amortização	(53.370)	(106.507)	(54.053)	(108.267)
Outras receitas (despesas)	(2.584)	(6.089)	(3.443)	(4.246)
Total	(157.444)	(307.315)	(142.733)	(284.993)
Custos dos serviços prestados	(82.372)	(175.959)	(85.307)	(170.249)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(49.060)	(80.674)	(33.333)	(66.012)
Outras receitas (despesas) operacionais	(26.012)	(50.682)	(24.093)	(48.732)
Total	(157.444)	(307.315)	(142.733)	(284.993)

- (i) Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, a Companhia remensurou o plano de opções de ações, resultando no reconhecimento de despesa com pessoal de R\$18.029 no trimestre findo em 30 de junho de 2026.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas Financeiras				
Receita sobre aplicação financeira	6.361	13.001	2.612	5.372
Outras receitas financeiras	62	1.333	59	133
Total das Receitas Financeiras	<u>6.423</u>	<u>14.334</u>	<u>2.671</u>	<u>5.505</u>
Juros sobre empréstimos e debêntures	(23.387)	(46.685)	(17.585)	(34.173)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(2.772)	(5.543)	(2.797)	(5.592)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(23.634)	(45.580)	(15.937)	(40.969)
Outras despesas financeiras	(1.655)	(1.080)	(250)	(487)
Total das Despesas Financeiras	<u>(51.448)</u>	<u>(99.590)</u>	<u>(36.569)</u>	<u>(81.221)</u>
Variação Cambial Líquida	(356)	(924)	(941)	(1.661)
Total Resultado Financeiro	<u><u>(44.381)</u></u>	<u><u>(86.180)</u></u>	<u><u>(34.839)</u></u>	<u><u>(77.377)</u></u>

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas Financeiras				
Receita sobre aplicação financeira	16.858	35.522	16.099	26.243
Outras receitas financeiras	336	1.880	180	397
Total das Receitas Financeiras	<u>17.194</u>	<u>37.402</u>	<u>16.279</u>	<u>26.640</u>
Juros sobre empréstimos e debêntures	(68.833)	(137.691)	(70.053)	(129.873)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(9.366)	(18.768)	(9.575)	(19.282)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(23.634)	(45.580)	(15.937)	(40.969)
Outras despesas financeiras	(2.086)	(4.545)	(528)	(1.191)
Total das Despesas Financeiras	<u>(103.919)</u>	<u>(206.584)</u>	<u>(96.093)</u>	<u>(191.315)</u>
Variação Cambial Líquida	(659)	(3.446)	(2.101)	(4.053)
Total Resultado Financeiro	<u><u>(87.384)</u></u>	<u><u>(172.628)</u></u>	<u><u>(81.915)</u></u>	<u><u>(168.728)</u></u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, juntamente com o Conselho de Administração, que também é responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade principal da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para a movimentação e elevação portuária, bem como na operação de gestão logística e de armazenamento de grãos. Essas atividades são divididas em duas concessões público-privadas distintas; o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (CLI Sul).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, e seus resultados são avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Nesse contexto, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria, principal tomadora de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho de cada concessão, contemplam as seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte.
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) incluindo a depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) e impostos sobre o Lucro.

As tabelas a seguir apresentam informações financeira sumarizada dos segmentos operacionais da Companhia, conciliadas com as informações financeiras consolidadas, para os períodos findos de 30 de junho de 2026 e 2025:

30/06/2026							
Reconciliação ao lucro (prejuízo) líquido do exercício							
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/ amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	126.308	(38.988)	53.757	(25.636)	(86.180)	(14.296)	(72.355)
Operação Sul (i)	281.391	(136.971)	130.371	(80.871)	(86.448)	8.494	(28.454)
Eliminação equivalência	-	-	22.763	-	-	-	22.763
Consolidado	407.699	(175.959)	206.891	(106.507)	(172.628)	(5.802)	(78.046)

30/06/2025							
Reconciliação ao lucro (prejuízo) líquido do exercício							
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/ amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	115.979	(48.808)	74.150	(25.122)	(77.377)	(3.337)	(31.686)
Operação Sul (*)	309.924	(121.441)	172.461	(83.145)	(91.351)	(1.172)	(3.207)
Eliminação equivalência	-	-	2.566	-	-	-	2.566
Consolidado	425.903	(170.249)	249.177	(108.267)	(168.728)	(4.509)	(32.327)

(*) Informações gerenciais regularmente reportadas e analisadas pela Diretoria Executiva para fins de avaliação de desempenho e a alocação de recursos.

26. ITENS QUE NÃO AFETAM CAIXA

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Outras transações que não envolveram caixa:				
Reserva de pagamento baseado em ações (stock options)	18.029	-	18.029	-
Transferências de intangível para imobilizado	-	-	1.260	-
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	-	227	-	4.382
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	3.819	4.042	9.831	12.798

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme nota explicativa nº 1, em 2 de junho de 2026, foi assinado contrato de compra e venda de ações dos atuais acionistas para a AD Ports. Dentre as condições suspensivas, foram cumpridas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 03 de agosto de 2026 e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no dia 06 de agosto de 2026, foi divulgado resultado de votação do colegiado, sendo esperado a formalização do acórdão ainda na primeira quinzena de Agosto.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas a publicação em 7 de agosto de 2026.
